

Área protegida pede socorro

Categories : [A trajetória da fumaça](#)

Contígua ao Parque Nacional do Juruena, a Terra Indígena Kayabi garante a proteção de uma das últimas grandes porções de floresta amazônica na rota do desmatamento, entre Mato Grosso e Pará. São mais de um milhão de hectares sob proteção. Mas as invasões e destruição ilegais têm sido tantas que os índios da aldeia Kururuzinho divulgaram uma carta pedindo intervenção da sociedade civil para que o processo de demarcação da área, reconhecida em 2002, seja finalmente concluído. Ele está parado desde 2004, devido a um agravo de instrumento emitido pelo Tribunal Regional Federal e Justiça Federal de Cuiabá, que desconsideram a importância da área. A situação só poderá ser revertida se a procuradoria de Justiça da Funai se mexer, o que ainda não dá sinais de que vá acontecer. Até agora, 29 mil hectares de floresta já foram destruídos na terra indígena.

A não delimitação da terra indígena é conveniente a interesses minerários, de expansão da fronteira agrícola e especialmente de construção de usinas hidrelétricas numa região tão rica em cursos hídricos e tão cercada por unidades de conservação. Pelo menos duas usinas de grande porte estão sendo licenciadas pelo Ibama a poucos quilômetros da Terra Indígena Kayabi. Uma delas é a UHE Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, localizada numa belíssima sequencia de corredeiras que é conhecida como Sete Quedas, e um reservatório de 40 km de comprimento. A outra é a UHE São Manoel, com 750 MW e uma barragem de 914 metros de extensão. A Empresa de Pesquisa Energética, responsável pelos dois projetos, ainda não apresentou estudo de impacto ambiental para os empreendimentos. Não existem informações sobre a presença da Terra Indígena Kayabi na região de interesse de construção das usinas, de acordo com dados sobre o licenciamento ambiental, do Ibama.

[Leia a carta na íntegra.](#)